

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Dia Internacional da Mulher

Dando prosseguimento ao Projeto *Datas Comemorativas*, a Secretaria de Recursos Humanos, em consonância com a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, organizou esta solenidade, cujo intento é comemorar o Dia Internacional da Mulher e, em consequência, homenagear, nas mulheres presentes, todas as mulheres do Brasil e dos demais países.

Se volvermos o olhar para séculos e séculos de história da humanidade buscando a trajetória da mulher até a sua posição atual, iremos deparar, sem dúvida, com quadros desagradáveis, até mesmo tenebrosos, a exemplo dos abusos cometidos contra mulheres em alguns países asiáticos e africanos.

Nas civilizações primitivas, pouco ou nenhum valor era atribuído à mulher, sendo-lhe imposta uma condição de absoluta inferioridade com relação ao homem. Na verdade, era considerada um objeto, juridicamente incapaz.

Todavia o Cristianismo, pregando a igualdade, sem fazer distinção de sexo nas suas exigências morais, trouxe, no seu bojo, a dignificação da mulher. Mesmo assim, a estrutura patriarcal da Idade Média, influenciada pelo Direito Romano, conservou o estatuto jurídico da inferioridade feminina, amenizado, apenas, pelos princípios do Evangelho.

Contra esse estado insatisfatório, esboçou-se, a partir da Revolução Francesa, uma reação positiva, e, durante os séculos XIX e XX, vários movimentos surgiram em prol da plena emancipação da mulher, mormente nos países nórdicos.

No Brasil, são evidentes e expressivos os passos dados nesse sentido. A Constituição em vigor estabelece, expressamente, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. É fundamental, entretanto, que se torne efetivo esse preceito constitucional, não se admitindo seja usado apenas para efeito de retórica. Impõe-se, no dia-a-dia, no preenchimento por mulheres dos cargos eletivos e dos cargos e empregos de nível mais elevado, no setor público e no privado. É de se lamentar que haja, ainda, muita discriminação contra as mulheres. Sem a mudança de mentalidade e a colaboração de espíritos esclarecidos, muito tempo ainda transcorrerá até que sejam elas colocadas, em termos sociais, no seu devido lugar e, em termos de direitos e obrigações, em situação de igualdade, como quer a Lei Fundamental.

Em decorrência das lutas renhidas rumo à liberdade feminina, podemos hoje, com satisfação, comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Nada mais justo, em tão significativo momento, do que homenagear as valerosas mulheres que, cumprindo dupla jornada – a doméstica e a profissional –, constroem a Nação. Elas estão lá, no seio de cada lar, como sal, como luz, como farol, não importando a raça, o **status** ou o credo, a desgastar-se na múltipla missão de esposa e mãe. Destilam, gota a gota, amor e forças na sublime tarefa de plasmar o caráter dos filhos, de edificar vidas, sempre com um sorriso, uma palavra de carinho, porque convictas do sacerdócio que Deus lhes confiou. Duas vezes heroínas, conciliam sua missão maior com o trabalho, posicionando-se quer na política, na literatura ou nas repartições públicas, no mais das vezes em cargos de chefia, quer no comércio, nas fábricas, nos vinhedos e canaviais.

Nesta importante data, gostaria de felicitar as mulheres presentes, fazendo menção especial à minha mulher, às eminentes senhoras dos Ministros e às Dras. Eliana Calmon e Helena Cid, bem como às servidoras desta Corte.

* Palavras proferidas em 8 de março de 1999, por ocasião da solenidade comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, Sala de Conferências do STJ